

**Lula reúne ministros da área social para debater corte de gastos****Lula reúne ministros para discutir corte de gastos**

Ministério da Fazenda diz que o quadro fiscal do país foi 'apresentado e compreendido'. Governo avalia se vai incluir mudanças nos pisos de Saúde e Educação no pacote fiscal. Haddad afirma que projeto está na 'reta final'

JENIFFER GILBERT, BERNARDO LIMA, THAIS BARCELLOS, GERALDA DOCA E SÉRGIO ROSSO  
RIO DE JANEIRO

O governo debate se incluirá no pacote de corte de despesas públicas preparado pelo Ministério da Fazenda mudanças nos cálculos do piso orçamentário de Saúde e Educação. O modelo levado ao presidente Lula prevê que os pisos deixariam de ser vinculados à receita e passariam a ser atrelados aos limites de gastos do arcabouço fiscal, pelo qual as despesas não podem crescer mais de 2,5% acima da inflação.

Lula, que se reuniu com técnicos no fim de semana, chamou ontem os ministros da Educação, Camilo Santana, e da Saúde, Nísia Trindade, para uma reunião no Palácio do Planalto, porque essas pastas podem ser afetadas pelos cortes. Os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão) já vinham debatendo os cortes de gastos e

também participaram do encontro, além do ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Todos saíram do Palácio do Planalto sem falar com a imprensa após o encontro, que durou três horas. O Ministério da Fazenda informou, em nota, que na reunião "o quadro fiscal do país foi apresentado e compreendido, assim como as propostas em discussão". A Fazenda disse ainda que, hoje, outros ministros serão chamados pela Casa Civil, "para que também possam opinar e contribuir".

**TEMOR DA ALAPOLÍTICA**

A desvinculação dos pisos de Saúde e Educação da receita vinha sendo defendida há mais tempo por integrantes do Ministério da Fazenda. A ala política do Palácio do Planalto avalia, no entanto, que se for adiante, isso poderá gerar desgastes dentro do PT e em outros setores da base de esquerda de Lula.

Antes da entrada em vigor do arcabouço fiscal — regra que hoje ordena as contas públicas do país, aprovada pelo



Ministérios. Reuniões da cúpula do governo em Brasília decidem quais áreas serão afetadas pelo corte de despesas

governo Lula em 2023 —, o teto de gastos, criado pelo ex-presidente Michel Temer, havia determinado que os pisos de Saúde e Educação fossem corrigidos, ano a ano, apenas pela inflação.

Com o fim do teto de gastos, voltaram a valer as previsões constitucionais de vincular essas rubricas às receitas. Mas a regra representa um forte impacto para o atual arcabouço

fiscal, que prevê que as despesas totais do governo devem crescer entre 0,6% e 2,5% acima da inflação a cada ano. Dessa forma, o que a Fazenda tem como proposta é limitar o crescimento dos gastos das áreas às mesmas regras do arcabouço fiscal. Assim, os pisos cresceriam no máximo até 2,5% acima da inflação.

Outra alternativa é colocar para "dentro" dos pisos de edu-

cação e saúde as emendas parlamentares destinadas a essa rubrica. As mudanças precisam ser aprovadas por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Ainda não há data confirmada para os anúncios das medidas. Dentro do Planalto, auxiliares de Lula consideraram um alívio a queda do dólar e dos juros futuros ontem, após a fala de Haddad de que as discus-

sões estão na reta final. Após pedido do presidente, diante da disparada do dólar, o ministro cancelou a viagem que faria à Europa e vai se dedicar à agenda de corte de gastos.

— Minha ida (para a Europa) estava dependendo dessa definição, se essa semana ou semana que vem, seriam feitos os anúncios. Como as coisas estão muito adiantadas do ponto de vista técnico eu acredito que nós estejamos prontos esta semana para fazer o anúncio. Penso que nós estamos na reta final — disse Haddad.

Um dos pontos mais sensíveis é sobre o que fazer com os gastos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que dispararam nos últimos meses. Está praticamente fora de questão desvincular o BPC do salário mínimo. Como mostrou O GLOBO, o governo vai propor este mês ao Congresso um projeto de lei com as novas regras para esse acesso: manutenção de beneficiários, aumento de bloqueio e pagamento a quem não se adequa às normas.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Economia **Página:** 15